

**DINÂMICAS DE PODER NOS GRANDES PROJETOS DA FRONTEIRA
AMAZÔNICA: INTERFACES TEÓRICAS ENTRE GEOPOLÍTICA E ECOLOGIA
POLÍTICA NA ANÁLISE DO ESTADO DO PARÁ**

**POWER DYNAMICS IN LARGE PROJECTS ON THE AMAZON FRONTIER:
THEORETICAL INTERFACES BETWEEN GEOPOLITICS AND POLITICAL
ECOLOGY IN THE ANALYSIS OF THE STATE OF PARÁ**

**DINÁMICAS DE PODER EN LOS GRANDES PROYECTOS DE LA FRONTERA
AMAZÓNICA: INTERFACES TEÓRICAS ENTRE GEOPOLÍTICA Y ECOLOGÍA
POLÍTICA EN EL ANÁLISIS DEL ESTADO DE PARÁ**

Antônio Rodrigues da Silva Júnior

Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Gestão de Recursos Naturais e Desenvolvimento Local na Amazônia/Núcleo de Meio Ambiente (PPGEDAM/NUMA) da Universidade Federal do Pará (UFPA). Rua Augusto Corrêa, 01, Cidade Universitária "Prof. José da Silveira Netto", Setor Profissional, Bairro Guamá, CEP: 66075-110. Belém, Pará, Brasil. E-mail: silvajuniorgo@yahoo.com.br

André Cutrim Carvalho

Doutor em Desenvolvimento Econômico e Pós-Doutor em Economia pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Professor Permanente do Programa de Pós-Graduação em Gestão de Recursos Naturais e Desenvolvimento Local na Amazônia/Núcleo de Meio Ambiente (PPGEDAM/NUMA) da Universidade Federal do Pará (UFPA). Rua Augusto Corrêa, 01, Cidade Universitária "Prof. José da Silveira Netto", Setor Profissional, Bairro Guamá, CEP: 66075-110. Belém, Pará, Brasil. E-mail: andrecc83@gmail.com

André Luís Assunção de Farias

Doutor em Desenvolvimento Socioambiental pela Universidade Federal do Pará (UFPA). Professor Permanente do Programa de Pós-Graduação em Gestão de Recursos Naturais e Desenvolvimento Local na Amazônia/Núcleo de Meio Ambiente (PPGEDAM/NUMA) da Universidade Federal do Pará (UFPA). Rua Augusto Corrêa, 01, Cidade Universitária "Prof. José da Silveira Netto", Setor Profissional, Bairro Guamá, CEP: 66075-110. Belém, Pará, Brasil. E-mail: andrefarias@ufpa.br

RESUMO: Do ponto de vista histórico, os Grandes Projetos implantados na Amazônia brasileira se articulam em multiescalas de poder nas quais Estado e capital mantêm uma aliança estrutural, resultando na distribuição desigual de danos e riscos socioambientais sobre os territórios e configurando um quadro persistente de desigualdade ambiental. O presente artigo tem como objetivo desenvolver uma reflexão crítica acerca das interfaces teóricas entre geopolítica e ecologia política na análise dos Grandes Projetos que atuam na fronteira amazônica do Estado do Pará, tomando como referência os casos da mineração, das rodovias e das hidrelétricas. A metodologia fundamenta-se na ecologia política, que permite compreender as relações assimétricas de poder entre os agentes sociais e as formas pelas quais (re)configuram o território segundo interesses econômicos, políticos e culturais, e, para sustentar essa análise, adotaram-se procedimentos metodológicos de natureza exploratória-bibliográfica. Os resultados evidenciam a reprodução histórica da desigualdade ambiental, marcada, sobretudo, pela distribuição assimétrica de danos e riscos socioambientais que incidem de forma mais intensa sobre os sujeitos sociais vulnerabilizados. Essa desigualdade é reforçada pela aliança estrutural entre Estado e capital, a qual orienta uma concepção de desenvolvimento sustentada nos Grandes Projetos, modelo que segue vigente e sistematicamente reproduzido, mesmo nos dias atuais. Portanto, essa racionalidade produtiva, ao se materializar no território paraense, redefine a fronteira amazônica como um espaço estratégico de disputa e controle, operando a partir de lógicas de territorialização e apropriação seletiva dos recursos naturais, o que aprofunda assimetrias de poder e vulnerabilidades socioambientais.

Palavras-chave: Grandes Projetos; Geopolítica; Ecologia Política; Fronteira, Recursos naturais.

ABSTRACT: From a historical perspective, the Large Projects implemented in the Brazilian Amazon articulate themselves across multiple scales of power in which the State and capital maintain a structural alliance, resulting in the unequal distribution of socio-environmental damages and risks across the territories and configuring a persistent pattern of environmental inequality. This article aims to develop a critical reflection on the theoretical interfaces between geopolitics and political ecology in the analysis of Large Projects operating on the Amazonian frontier of the state of Pará, taking as reference the cases of mining, highways, and hydroelectric dams. The methodology is based on political ecology, which allows us to understand the asymmetrical power relations between social agents and the ways in which they (re)configure the territory according to economic, political and cultural interests, and, to support this analysis, exploratory-bibliographical methodological procedures were adopted. The results highlight the historical reproduction of environmental inequality, marked above all by the asymmetrical distribution of socio-environmental damages and risks that affect vulnerable social groups more intensely. This inequality is reinforced by the structural alliance between the State and capital, which sustains a development model based on Large Projects, a model that remains in force and is systematically reproduced even today. Therefore, as this productive rationality materializes in the territory of Pará, it redefines the Amazonian frontier as a strategic space of dispute and control, operating through logics of territorialization and selective appropriation of natural resources that deepen power asymmetries and socio-environmental vulnerabilities.

Keywords: Large Projects; Geopolitics; Political Ecology; Frontier; Natural Resources.

RESUMEN: Desde una perspectiva histórica, los proyectos a gran escala implementados en la Amazonía brasileña se articulan en múltiples escalas de poder, donde el Estado y el capital mantienen una alianza estructural. Esto resulta en una distribución desigual de los daños y riesgos socioambientales entre territorios y configura un marco persistente de desigualdad ambiental. Este artículo busca desarrollar una reflexión crítica sobre las interfaces teóricas entre la geopolítica y la ecología política en el análisis de proyectos a gran escala que operan en la frontera amazónica del estado de Pará, tomando como referencia los casos de minería, carreteras y represas hidroeléctricas. La metodología se basa en la ecología política, que permite comprender las relaciones asimétricas de poder entre los agentes sociales y las formas en que éstos (re)configuran el territorio en función de intereses económicos, políticos y culturales, y, para sustentar este análisis, se adoptaron procedimientos metodológicos exploratorio-bibliográficos. Los resultados resaltan la reproducción histórica de la desigualdad ambiental, marcada, sobre todo, por la distribución asimétrica de los daños y riesgos socioambientales que afectan con mayor intensidad a los sujetos sociales vulnerables. Esta desigualdad se ve reforzada por la alianza estructural entre el Estado y el capital, que guía una concepción del desarrollo basada en Grandes Proyectos, un modelo que sigue vigente y se reproduce sistemáticamente hasta nuestros días. Por lo tanto, esta racionalidad productiva, al materializarse en el territorio de Pará, redefine la frontera amazónica como un espacio estratégico de disputa y control, operando desde lógicas de territorialización y apropiación selectiva de los recursos naturales, lo que profundiza las asimetrías de poder y las vulnerabilidades socioambientales.

Palabras clave: Grandes Proyectos; Geopolítica; Ecología Política; Frontera; Recursos Naturales.

1. INTRODUÇÃO

De início, a geopolítica se apresenta como um arcabouço fundamental para compreender as disputas territoriais e as estratégias de poder que configuram a fronteira amazônica, principalmente quando analisada em articulação com os aportes críticos da ecologia política. Essa perspectiva qualifica a compreensão dos Grandes Projetos no Estado do Pará ao evidenciar como esses empreendimentos expressam racionalidades estatais e corporativas que moldam a produção do espaço, ao mesmo tempo em que revela que a dimensão geopolítica dessas iniciativas, especialmente quando operam em territórios para além de suas sedes formais, ainda permanece frequentemente negligenciada, apesar de seus efeitos diretos na configuração das fronteiras amazônicas.

Nas últimas décadas, a geopolítica dos Grandes Projetos na Amazônia tem apresentado articulações em diferentes níveis, que se expressam de forma interdependente. No plano global, situam-se no campo dos conflitos Norte-Sul (LIPIETZ, 1997); no plano nacional, manifestam-se nas relações entre os agentes sociais da produção do espaço, especialmente o Estado e os agentes econômicos, capazes de produzir discursos de aceitabilidade; e, no plano regional, aparecem nas ações de uma elite local que mantém relações clientelistas e de favorecimento com esses agentes, valendo-se dos discursos da modernidade e do desenvolvimento sustentável para legitimar esses empreendimentos.

É sobre essa segunda dimensão que se concentra a discussão proposta neste artigo, embora as dimensões global e regional também sejam mencionadas e constituam agendas de pesquisa específicas. Na atual conjuntura, a geopolítica situa a Amazônia brasileira como um território estratégico para a agenda internacional, em virtude de sua condição de última fronteira de recursos naturais fundamentais aos modelos econômicos contemporâneos e das disputas geoestratégicas que envolvem Estados Unidos, Europa e China no processo de apropriação da água, do solo e da floresta.

Trata-se de um fenômeno caracterizado como neoextrativismo (ACSELRAD, 2022), cuja expressão é particularmente evidente no Estado do Pará, onde os produtos minerais correspondem, em média, a 72% da pauta exportadora e, somente no ano de 2023, resultaram no maior volume já registrado, alcançando US\$ 15,7 bilhões (FAPESPA, 2024). Em contrapartida, os produtos do setor agropecuário, particularmente os grãos, têm apresentado crescimento expressivo nas exportações nos últimos anos. Em 2023, o Estado do Pará exportou 5,5 milhões de toneladas, o que representou um aumento de 33,5% em relação a 2022 (FAPESPA, 2024).

Historicamente, os Grandes Projetos que transformam o espaço na Amazônia financiam narrativas de sustentabilidade que mascaram a poluição, a contaminação e a violência, o que torna fundamental lançar luz sobre a relação entre Estado e capital nos empreendimentos de mineração, rodovias e hidrelétricas. Nesse sentido, a interpretação crítica desta temática permite identificar os agentes econômicos beneficiados e evidenciar os danos e riscos socioambientais envolvidos, de maneira especial no que diz respeito à distribuição desigual desses impactos sobre os sujeitos sociais marginalizados, com destaque para comunidades indígenas, quilombolas, ribeirinhas, extrativistas e de agricultores familiares.

Grandes intervenções, seja para a produção e reprodução do sistema econômico, seja em nome da “governança ambiental” transformam o território e resultam em danos e riscos ambientais, de modo mais acentuado com o desflorestamento, a emissão de gases de efeito, a poluição dos rios, mortandade e (ou) fuga da ictiofauna, os riscos à saúde da população local pelo uso de água contaminada, as expropriações de terras, os fluxos migratórios, a precarização do trabalho, consequentemente em desigualdade ambiental. (ACSELRAD, 2013; LITTLE, 2013; FARIAS, 2023).

Dessa forma, o presente artigo tem como objetivo desenvolver uma reflexão crítica acerca das interfaces teóricas entre geopolítica e ecologia política na análise dos Grandes Projetos que atuam na fronteira amazônica do Estado do Pará, tomando como referência os casos da mineração, das rodovias e das hidrelétricas. A relevância dessa proposta analítica decorre da necessidade de compreender como tais empreendimentos, orientados por racionalidades estatais e corporativas, (re)configuram o território, (re)distribuem assimetricamente danos e riscos socioambientais e aprofundam desigualdades históricas.

2. MATERIAL E MÉTODOS

2.1. Caracterização da área de estudo

O Estado do Pará constitui a área de estudo do presente artigo, integrando a região Norte do Brasil e ocupando posição estratégica na Amazônia brasileira. Com uma extensão territorial de 1.245.828,829 Km², estimada em 2025, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), (Figura 1), o Pará destaca-se como o segundo maior estado do país em termos de área, abrangendo uma expressiva diversidade socioambiental e cultural.



Figura 1 – Mapa de Localização do Estado do Pará

Fonte: IBGE (2025). Elaboração: dos autores.

Segundo o Censo de 2022 do IBGE, o Estado do Pará possui uma população de 8.120.131 habitantes, com densidade demográfica de apenas 6,52 habitantes/Km², o que evidencia a predominância de vastas áreas de baixa ocupação humana e reforça sua condição de área de fronteira, marcada pela expansão de atividades econômicas, disputas territoriais e constantes reconfigurações do seu espaço.

O recorte espacial considera o Estado do Pará como área de estudo, inserido na Amazônia brasileira e caracterizado pela elevada presença de Grandes Projetos, pela intensificação de conflitos territoriais e por recorrentes assimetrias socioambientais, sendo que a delimitação espacial dos empreendimentos analisados, tais como mineração, rodovias e

hidrelétricas, foi realizada a partir de informações secundárias sistematizadas na literatura especializada, incluindo estudos acadêmicos e demais materiais bibliográficos consolidados sobre o tema

Esses dados revelam a importância dessa imensa fronteira, que deve ser entendida como sendo um novo território econômico, palco de conflitos sociais que forçam o Estado à criação de instituições com vistas ao estabelecimento das “regras do jogo” necessárias à funcionalidade das instituições privadas (CUTRIM CARVALHO, 2012; 2021).

Do ponto de vista metodológico, o presente estudo caracteriza-se como uma pesquisa de natureza exploratória, estruturada a partir de pesquisa exploratória-bibliográfica, o que permite a aproximação inicial e o aprofundamento crítico do problema investigado. Nesse contexto, a pesquisa bibliográfica reúne contribuições teóricas que discutem a produção do espaço, as relações de poder e os aportes da geopolítica e da ecologia política, enquanto a investigação exploratória mobiliza informações secundárias sistematizadas na literatura especializada e em materiais bibliográficos correlatos, os quais auxiliam na contextualização dos Grandes Projetos e de suas implicações socioeconômicas, territoriais e ambientais.

Essa combinação metodológica oferece a base necessária para examinar de forma consistente os agentes envolvidos, suas estratégias territoriais e os impactos decorrentes da implantação desses empreendimentos no Estado do Pará. A investigação também se orienta por referenciais teóricos da geopolítica e da ecologia política, que constituem o arcabouço analítico necessário para compreender as relações assimétricas de poder que estruturam a implantação dos Grandes Projetos na fronteira amazônica do Estado do Pará, articulando processos de territorialização, controle e apropriação dos recursos naturais.

Nesse sentido, a pesquisa bibliográfica mobilizou autores clássicos e contemporâneos que discutem a produção do espaço e a atuação dos agentes sociais (CORRÊA, 2011; SANTOS, 2006), os danos e riscos socioambientais associados a esses empreendimentos (ACSELRAD, 2013; LITTLE, 2013) e as implicações territoriais dos Grandes Projetos na Amazônia (FARIAS, 2023; CUTRIM CARVALHO, 2020), fornecendo a base conceitual que sustentará a presente análise.

Em suma, esses procedimentos metodológicos possibilitam compreender como os Grandes Projetos se inserem, se expandem e (re)configuram a fronteira amazônica, além de fornecer as bases para o exame crítico dos agentes envolvidos, de suas estratégias de poder e dos impactos socioambientais decorrentes, aspectos que serão aprofundados nas seções seguintes.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

3.1. Estado, Território e Fronteira: uma análise geopolítica da formação territorial da Amazônia e do Estado do Pará

O processo de formação do Estado-nação, consolidado a partir do século XVII e associado à concepção clássica de território político-administrativo, é caracterizado por limites reais, fronteiras bem definidas e pelo exercício do poder estatal, cuja lógica se orienta pela segurança e pelo controle, situando o Estado como principal agente de normatização e regulação da vida em sociedade (RATZEL, 1983; GOTTMAN, 1973; SANTOS, 1988).

A dimensão do território político é herdada da ideia de cidades (pólis), muito ligada a uma visão restrita que o associa a figura do Estado-nação, o qual através da concepção de soberania passa a integrar uma ordenação territorial, fundamentada na normatização jurídica, realizada por representantes legalmente delegados pelo povo, instrumentalizando o exercício do poder (RATZEL, 1983).

Assim, o Estado é o principal ator político na produção do território na Amazônia brasileira, em especial no Estado do Pará, utilizando os grandes projetos, especialmente a partir da “Operação Amazônia”. Esta política expressa uma associação do Estado com o grande capital nacional e estrangeiro, agentes econômicos estruturais da geopolítica do poder, sob o argumento da segurança nacional.

Na realidade, a dimensão do território-rede, conforme discutem RAFFESTIN (1993) e HAESBAERT (2004), ajuda a compreender melhor as relações de poder contemporâneas constituídas por diversos “agentes sociais da produção do espaço” (CORRÊA, 2011), essencialmente aqueles orientados pela lógica do capital que, por meio de relações clientelistas e de favorecimento, se apropriam e produzem o espaço de acordo com suas intencionalidades, promovendo danos, riscos e conflitos socioambientais.

Essa perspectiva geopolítica atrelada a segurança do território sempre se caracterizou pela presença de pressões de todo tipo, intervenções no cenário internacional desde as mais brandas até guerras e conquistas de territórios e todas essas ações tinham como sujeito fundamental o Estado, pois ele era entendido como a única fonte de poder, a única representação da política, e as disputas eram analisadas entre os Estados (BECKER, 2005).

É por meio dessa dimensão conceitual de território que a figura do Estado assume a função privilegiada de reguladora do espaço com objetivos de “ordenar” o território. No entanto, CORRÊA (2011) entende que a produção do espaço atende a uma lógica capitalista e que, portanto, cria-se um cenário “uma arena” em que os diversos agentes sociais de produção do espaço se articulam e constituem relações clientelistas e de favorecimento visando a reprodução do capital que influenciam nas decisões políticas do Estado.

Dessa maneira, o Estado brasileiro passa a assumir papel central no exercício do poder, com maior ênfase através de intervenções significativas no espaço, apresentando como principal justificativa o povoamento, o desenvolvimento econômico e a integração da região para garantir a segurança nacional, especialmente nas faixas fronteiriças da Amazônia, consideradas isoladas e de difícil acesso. Outros aspectos que devem ser mencionados consistem na inacessibilidade ao interior da região para além dos deslocamentos aéreos e fluviais, com destaque para a faixa de fronteira, o que constituía uma preocupação latente por parte dos militares inspirados na geopolítica clássica, em que a defesa e a vivificação da fronteira são elementos fundamentais para a consolidação do Estado nacional (NETO; NOGUEIRA, 2021).

O Estado postulado em um caráter desenvolvimentista, fundamentalmente, a partir do governo de Juscelino Kubitschek (1956-1961) e intensificado nos governos militares (1964 a 1985), concomitante à geopolítica da soberania nacional, passa a criar relações privativas com o grande capital nacional e internacional, cujos múltiplos interesses econômicos dos diversos sujeitos e instituições sociais são claramente na exploração das riquezas naturais da região, que evidencia um projeto estratégico para internacionalizar a Amazônia (BECKER, 2001). Revela-se, desta maneira, uma geopolítica que vai (muito) além do discurso coerente sobre a segurança nacional, pois tem-se a abertura das fronteiras da Amazônia ao capital internacional.

Assim, o conceito de fronteira assume um papel central na explicação da implantação de Grandes Projetos na Amazônia, uma vez que articula dimensões econômicas, políticas, sociais, ecológicas e culturais. O sentido da(s) fronteira(s) ultrapassa a compreensão restrita de um limite territorial, configurando-se como construções econômicas, políticas, sociais e culturais carregadas de elementos simbólicos e resultantes de processos históricos que moldam determinados imaginários sociais.

O “moinho satânico”, responsável pelo “engolfamento” de lugares sob a lógica expansiva do mercado autorregulado, teria sua expressão concreta na Amazônia (POLANYI, 2000). Todavia, para a sua concretização, é preciso o Estado produzir o território, ou seja, “preparar o terreno” para receber os grandes projetos de desenvolvimento.

Isso se concretiza por meio de um “conjunto indissociável, solidário e também contraditório de sistemas de objetos e sistemas de ações”, cuja apreensão exige uma análise da totalidade, em escala global ou local, com ênfase na atuação dos agentes sociais vinculados ao capital e ao Estado nas transformações históricas do espaço (SANTOS, 1996; 2006).

A abertura da fronteira na Amazônia brasileira esteve nos planos geopolíticos do Estado brasileiro durante o regime militar, a partir das décadas de 1960 e 1970, de modo que a consecução desse propósito exigiu que uma série de reformas econômico-institucionais alcançassem a região Norte enquanto fronteira estratégica e área de reprodução do capital nacional e estrangeiro, e, nesse contexto, o governo militar institucionalizou, em 1966, um conjunto de leis e decretos-leis conhecido como “Operação Amazônia”, cuja premissa era viabilizar a expansão do capitalismo no amplo espaço da fronteira amazônica brasileira (CUTRIM CARVALHO, 2012).

A política de ocupação do Estado brasileiro para a Amazônia Legal, em especial ao Estado do Pará, sobretudo a partir da década de 1950, tem sido realizada por meio dos grandes projetos infraestruturais de transformação do espaço, revelando para além dos discursos políticos da soberania nacional, da integração regional ou mesmo da migração, as estratégias adotadas por alguns grupos de “agentes sociais de produção do espaço”.

Os ditos “agentes sociais da produção do espaço” são representados por cinco grandes grupos: os proprietários dos meios de produção, os proprietários fundiários, os promotores imobiliários, o Estado e os grupos sociais excluídos (CORRÊA, 2011).

Estas estratégias se organizam numa geopolítica global que beneficia o Capital, distribuindo danos e riscos ambientais e, consequentemente, produz conflitos socioambientais em países ou territórios vulneráveis, atingindo, de forma relevante, os sujeitos sociais excluídos (FARIAS, 2023; ACSELRAD, 2013; MARTINEZ-ALIER, 2007).

Isso posto, no começo de 1967, as principais instituições que iriam caracterizar a chamada “Operação Amazônia” já se encontravam juridicamente convertidas em forma de lei ou decreto-lei, onde foi mobilizado um vasto elenco de instrumentos legais e medidas administrativas. A Lei nº 5.122, de 22/08/1966, transformando o Banco de Crédito da Amazônia, em Banco da Amazônia S. A – BASA, expandindo a sua esfera de ação; Lei nº 5173, de 27/10/1966, dispondo sobre o Plano de Valorização Econômica da Amazônia, extinguindo a SPVEA e criando, para substituí-la, a atual SUDAM; Lei nº 5.173, também, de 27/10/1966, que reformulou e ampliou a política de incentivos fiscais para a região; Decreto-lei nº 288, de 28/03/1967, alterando disposições da lei que criou a Zona Franca de Manaus e regulando o seu funcionamento (PANDOLFO, 1994).

Esses instituições desempenharam papel importante no processo de intensificação da ocupação da região e na exploração dos recursos naturais, com destaque ao Banco da Amazônia (BASA) que ficou encarregado de atuar nas áreas de investimentos, crédito geral e assistência técnica; a Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), responsável pelo planejamento, coordenação e execução da política de desenvolvimento regional; a Zona Franca de Manaus (ZFM) que estabelecia incentivos fiscais para a implantação de empresas dos ramos industrial, comercial e agropecuário na região e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) que elaborou o planejamento e a execução do programa de assentamento de colonos (SANTOS; SOUZA RIBEIRO, 2021).

Também foi atribuição do Estado, com endividamento externo, constituir toda a infraestrutura de produção do capital: sistema portuário capaz de escoar a produção, rodovias (Belém-Brasília [BR-010], a Transamazônica [BR-230] e a Cuiabá-Santarém [BR-163]), hidrelétricas (Usina Hidrelétrica de Tucuruí), rede de telecomunicação, bem como promover o povoamento da região amazônica, através dos projetos de assentamento do INCRA as margens das rodovias, disponibilizando força de trabalho barata. Para complementar o pacote de benefícios ao capital internacional, o Estado ainda concedeu incentivos fiscais, por meio da

regulamentação do Decreto-Lei nº 5.173 e do Decreto-Lei nº 5.174, ambos sancionados em 27 de outubro de 1966 que atraíram as transnacionais.

É importante dizer que tais decretos cancelaram a concessão de vultosos benefícios fiscais e creditícios para atrair o capital internacional. Por meio deles, ficou evidente a proposta do governo federal, segundo a qual o Estado asseguraria as condições básicas e essenciais à reprodução do capital privado, cabendo-lhe unicamente a busca incessante por lucros, com menos custos e riscos possíveis – algo que também deveria ser garantido pela nova política de ocupação econômica do bioma (PASSOS, 2021).

A “Operação Amazônia”, portanto, engendrou um processo de ocupação demográfica direcionada às fronteiras, fundamentalmente para as capitais Belém (no Pará) e Manaus (no Amazonas), a partir de 1960, sob o impulso de políticas econômicas macro-regionais do Estado nacional. A consequência dessa política foi um intenso movimento migratório do Nordeste e do Sul para a região Norte, sobre o Pará e o Amazonas, e o avanço do capital na região.

Na atual conjuntura, a fronteira desempenha a função de “válvula de escape” para reduzir as tensões e os conflitos agrários no Pará (CUTRIM CARVALHO, 2012). Contudo, mesmo com essa configuração, há uma tendência de aumento da concentração de terras nas mãos dos grandes latifundiários, o que torna a busca pelo desenvolvimento algo muito complexo.

No *hinterland* da Amazônia brasileira, em especial na Amazônia paraense, pode-se constatar este avanço da fronteira refletido em um cenário de destruição das florestas por conta do desmatamento criminoso pela via da ilegalidade; e, também, de conflitos violentos pela posse da terra, que tem ocasionado uma série de assassinatos de trabalhadores rurais em decorrência do seu enfrentamento diário contra o poder das grandes empresas latifundiárias capitalistas.

A fronteira agrícola é vista como o elo institucional entre o desenvolvimento capitalista em curso e os espaços vazios (com uma grande quantidade das terras disponíveis) que logo se transformam em regiões ocupadas economicamente com baixo grau de ordenamento institucional-legal e domínio da acumulação do capital mercantil (CUTRIM CARVALHO, 2012).

É por isso que no Brasil a expansão da frente pioneira agropecuária na região amazônica, quando colocada justaposta ao avanço da frente de expansão de base camponesa, acabou criando uma zona de conflitos territoriais e de conflagração social, resultando em condições análogas à acumulação primitiva de capital. A assim chamada acumulação primitiva do capital é um processo histórico precedente a acumulação capitalista, “uma acumulação que não é o resultado do modo de produção capitalista, mas seu ponto de partida” (MARX, 2013).

De fato, o que ocorreu com o processo de expansão da fronteira na Amazônia é consequência direta da falta de planejamento e desenvolvimento desigual por parte do Estado brasileiro, mesmo na atual conjuntura caracterizada pelo Estado democrático de direito, ou seja, o *modus operandi* capitalista permanece inalterado. Isso ocorre porque a Amazônia, com especial destaque para o Pará, contém aspectos muito peculiares que podem ser analisados tanto pelo viés físico da região quanto pela ótica das relações sociais de produção no âmbito de uma fronteira dominada (in)diretamente pelo capital.

É nesta dinâmica de ocupação territorial, que privilegiou historicamente os mais bem afortunados economicamente, detentores dos meios de produção e do capital, a exemplo das transnacionais da mineração, como a Companhia Vale do Rio Doce (CVRD), a Mineração Rio do Norte (MRN), Aluminum Company of America (ALCOA) e outras, bem como madeireiros, garimpeiros e agropecuários oriundos de outras regiões do país, os quais passaram a operar atividades extrativistas e de uso da terra globalizando um novo modelo de economia da região, criando uma assimetria no desenvolvimento da Amazônia, especialmente para a maioria da população paraense, considerada pobre e vulnerável socialmente.

Portanto, é a partir da política de abertura das fronteiras da Amazônia, do processo de economia globalizada e do mercado organizado em rede, dada pela tecnicidade dos objetos e das informações, que o conceito de território pensado como controle de área, numa lógica zonal, tal qual foi propagado através da soberania do Estado-Nação, como se existisse uma unidimensionalidade territorial, se revela em sua plenitude, ou seja, que existe multidimensionalidades do território (HAESBAERT, 2010), cuja dimensão econômica se apresenta como uma das mais expressiva, seja por suas características globalizadas que rompe a ideia de limites territoriais e expõe a discussão do mundo organizado em redes, em uma lógica reticular (RAFFESTIN, 1993), mas, acima de tudo, pelas relações de poder, clientelistas e de favorecimento constituídas por agentes sociais de produção do espaço, em especial pelo Estado e os proprietários dos meios de produção, os proprietários fundiários e os promotores imobiliários.

“As novas atividades exigem um lugar no espaço e impõem uma nova arrumação para as coisas, uma disposição diferente para os objetos geográficos, uma organização do espaço diferente daquela que antes existia” (SANTOS, 1996).

Neste caso específico, o conceito de formação socioespacial, parece ser o mais adequado para ocupar-se do “espaço humano transformado pelo movimento paralelo e interdependente de uma história feita em diferentes níveis – internacional, nacional, regional e local” (SANTOS, 1979). Por isso, a noção de formação socioespacial constitui um instrumento legítimo de explicação desta sociedade em construção na fronteira e do espaço respectivo.

Mesmo diante de um histórico de adversidades e desigualdades sociais, pode-se dizer que os diversos sujeitos sociais na Amazônia, oriundos das mais variadas comunidades, movimentos e etnias locais, têm fornecido importante contribuição neste processo de mudança das relações sociais de produção. É nítido o papel da fronteira para que isso possa acontecer no futuro, até porque o movimento histórico de integração nacional do país ocorreu e, ainda, ocorre por meio do “avanço da fronteira” (CUTRIM CARVALHO, 2012).

3.2. Agentes de Produção do Espaço e Racionalidades de Poder na Mineração: danos e riscos socioambientais dos Grandes Projetos no Estado do Pará

A historicidade dos Grandes Projetos no Pará, examinada sob a perspectiva da ecologia política como mecanismo de produção e reprodução do capital, possibilita evidenciar o desmonte da aparência de modernidade atribuída à mineração, às monoculturas e às megainfraestruturas, revelando a dimensão perversa e destrutiva desses empreendimentos sobre os elementos naturais e sobre os grupos sociais subalternizados, bem como a produção de danos e riscos distribuídos de maneira profundamente desigual.

De fato, esses Grandes Projetos, ao apresentarem megaestruturas e um amplo aparato tecnológico, além de serem planejados distantes de suas áreas de implantação, tendem a se dissociar do contexto local, configurando-se como verdadeiros enclaves na região, justamente por não representarem os interesses e as necessidades da população. (FARIAS; MONTE, 2023).

No cerne dessa questão encontram-se dois grupos sociais: de um lado, os agentes do capital, que, por meio de discursos dinâmicos de desenvolvimento, perpetuam suas formas de atuação no território paraense; de outro, um amplo contingente de grupos locais marginalizados, expostos à vulnerabilidade dos danos, riscos e conflitos socioambientais.

Nessa perspectiva, busca-se identificar os agentes econômicos da produção do espaço que se beneficiam da hegemonia dos modelos de Grandes Projetos na região, bem como os principais danos, riscos e conflitos socioambientais deles decorrentes.

No Pará, a atividade mineral constitui o principal vetor dos Grandes Projetos, em grande medida devido à riqueza do subsolo regional. Nesse segmento, atuam diversas corporações transnacionais, entre as quais se destacam: a Companhia Vale do Rio Doce (CVRD) e a Mineração Paragominas S.A., na mesorregião Sudeste Paraense; a Serabi Gold, na mesorregião

Sudoeste Paraense; a Mineração Rio do Norte (MRN) e a Alcoa World Alumina Brasil Ltda., na mesorregião do Baixo Amazonas; a Imerys Rio Capim Caulim S.A., na mesorregião Nordeste Paraense; e a Alumínio Brasileiro S.A. (ALBRAS) e a Alumina do Norte do Brasil S.A. (ALUNORTE), na mesorregião Metropolitana de Belém.

Todos os projetos desses agentes econômicos apresentam como portfólio o imaginário do progresso e desenvolvimento, com geração de emprego, renda e responsabilidade ambiental. No entanto, o objetivo premente é a agilidade na extração e o lucro da comercialização global da produção, independentemente de qualquer externalidade negativa inerente aos danos, riscos e conflitos socioambientais que recorrentemente ocorrem.

Segue, a seguir, a distribuição da produção mineral e dos valores arrecadados pelas principais empresas atuantes na Amazônia paraense em 2023 (Tabela 1), evidenciando a centralidade econômica do setor para o Estado do Pará.

Tabela 1 – Produção e valores da mineração na Amazônia paraense: 2023

Principais Transnacionais	Minério	Produção (milhões de toneladas)	Valor (bilhões de reais)	Origem	Destino
- Companhia Vale do Rio doce (CVRD). - Serabi Gold (Ouro).	Cobre	57,8	12,0	Itaituba, Curionópolis, Tucumã, Marabá e Canaã dos Carajás.	Alemanha, Polônia, Suécia, Bulgária, China e outros.
	Ferro	174,7	67,3	Parauapebas, Curionópolis e Canaã dos Carajás.	China, Malásia, Japão, Coreia do Sul, França e outros.
	Manganês	0,9	0,3	Marabá e Parauapebas.	Índia, China, Colômbia, Vietnã e Geórgia.
	Níquel	2,1	2,0	Curionópolis e Ourilândia do Norte.	China, Bélgica, Itália, EUA e Espanha.
	Ouro	6,4	1,4	Altamira, Cachoeira do Piriá, Itaituba, Senador José Porfírio e Pacajá.	Itália, Índia e Emirados Árabes Unidos.
- Mineradora Rio do Norte (MRN). - Alcoa World Alumina Brasil Ltda. - Mineração Paragominas S.A. - Alumínio Brasileiro S.A. (ALBRAS). - Alumina do Norte do Brasil S.A. (ALUNORTE).	Alumínio (Bauxita)	42,1	4,9	Paragominas, Juruti, Oriximiná, Rondon do Pará e Barcarena.	Japão, Colômbia, Noruega, Canadá, Irlanda, Grécia, China, Ucrânia e EUA.
Imerys Rio Capim Caulim S.A.	Caulim	1,1	0,5	Aurora do Pará e IPIXUNA DO PARÁ.	Bélgica, Canadá, EUA, Itália, China, Espanha e Japão.

Fonte: FAPESPA (2024). Elaboração: dos autores.

As margens da “legalização” da exploração mineral na Amazônia paraense, encontram-se um contingente de atores sociais excluídos do processo econômico capitalizado, que envolvidos com a dinâmica de produção econômica histórica pensada para a região, procuram de todas as formas se inserirem no circuito de exploração mineral, em especial do minério de ouro.

Desse contingente, destacam-se os detentores dos meios de produção (máquina escavadeira, bomba de cascalho, esteira de lavagem, balsa) mínimos para a exploração do ouro, que muitas vezes são os próprios “proprietários” da extração, e um conjunto de atores sociais que dispõe apenas da força de trabalho e se sujeita aos riscos inerentes à atividade ilegal da extração. Esses trabalhadores, além de serem os mais expostos a eventual responsabilização penal e administrativa quando flagrados pelos órgãos de fiscalização ambiental, já que o processo de recrutamento é realizado por terceiros, frequentemente desconhecidos e de forma informal, também estão vulneráveis a contrair doenças por atuarem em ambientes inóspitos, a não possuírem qualquer direito trabalhista constituído, a vivenciarem condições análogas à escravidão, entre outros riscos associados.

Os danos e riscos imbricados à atividade de mineração provocam severas mudanças na paisagem, de modo mais acentuado no desflorestamento e na dinâmica dos leitos dos rios, que passam a absorver a poluição proveniente do mercúrio e dos sedimentos das escavações, ocasionando impactos diversos, desde a mortandade ou fuga da ictiofauna até a contaminação da população local pelo uso da água. Para além disso, a atividade industrial mineralógica promove também intensa poluição sonora, remoção de biomas, expropriações, fluxos migratórios, precarização do trabalho, conflitos sociais, entre outros problemas.

Diante disso, observa-se a contradição existente no discurso político de prosperidade e desenvolvimento local, com a instalação desses projetos, e efetivamente suas reais faces, as quais se transformam em fluxo contínuo do recurso natural beneficiado, em escala local/global, aumentando consideravelmente as cifras acumulativas do capital.

Ocorre, em vista disso, um predomínio estrutural desses agentes produtores do espaço na apropriação dos recursos naturais, assegurando-lhes lucro e poder em uma conjuntura econômica e social articulada em escala global e local, ao passo que grupos socialmente marginalizados suportam de maneira desproporcional os danos, riscos socioambientais e desigualdades sociais (ALIER, 2007).

3.3. Os agentes promotores das rodovias: dinâmicas de poder e controle da circulação do capital

O discurso exógeno de modernidade e desenvolvimento econômico também aparece nos grandes projetos de rodovias, revestidos de uma contemporaneidade nos termos empregados “mobilidade urbana” “qualidade de vida” para consubstanciar sua implementação, mas, que a sua essência revela a continuidade da tecnicidade nos “sistemas de objetos e sistemas de ações” (SANTOS, 2006) que hegemonizam a ação dos agentes econômicos da produção do espaço na Amazônia paraense, em detrimento de um modelo de desenvolvimento endógeno com justiça socioambiental e equidade para todos.

Como marco dessa dimensão dos Grandes Projetos na Amazônia, especialmente no Estado do Pará, destacam-se a construção das rodovias BR-230 (Cabelo-PA a Lábrea-AM), que atravessa a porção central do território paraense, e a BR-163 (Cuiabá-MT a Santarém-PA), ambas concebidas como vetores técnicos de integração territorial. Essas infraestruturas viárias atuam como indutoras da expansão da fronteira econômica, ao mesmo tempo em que produzem um conjunto expressivo de externalidades negativas de ordem socioambiental e cultural, impactando diretamente as dinâmicas territoriais locais.

Na década de 1970, a rodovia Transamazônica foi construída por um consórcio de construtoras (Tabela 2) em conjunto com o 5º Batalhão de Engenharia e Construção (5º BEC), enquanto a rodovia BR-163 teve sua execução realizada, no mesmo período, pelo 8º e 9º Batalhões de Engenharia e Construção (8º BEC e 9º BEC). Ambas integraram o escopo do Programa de Integração Nacional (PIN), do governo federal, financiado com recursos da ordem de Cr\$ 2.000.000.000,00 (dois bilhões de cruzeiros), provenientes de empréstimos concedidos pelo Banco Mundial e pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (NETO; NOGUEIRA, 2021).

Tabela 2 – Construtoras e Batalhões de Engenharia e Construção responsáveis pela construção das rodovias BR-230 e BR-163 nos trechos que compreendem o Estado do Pará.

Rodovia	Construtoras	Trecho das rodovias	Estados
BR-230	Mendes Júnior	Estreito - Marabá	MA, TO e PA
	S.A. Paulista Construção	Marabá – Entroncamento Jatobal	PA
	Mendes Júnior	Entroncamento Jatobal - Altamira	PA
	Queiroz Galvão	Altamira – Ponto 54°4'0.0''	PA
	F.I.T Incorporadora e Construtora LTDA	Ponto 54°4'0.0'' - Itaituba	PA
	Rabelo S.A.	Itaituba - Jacareacanga	PA
BR-163	Camargo Corrêa	Jacareacanga – Rio Aripuanã	PA - AM
	9º BEC	Cuiabá – Serra do Cachimbo	MT - PA
	8º BEC	Serra do Cachimbo - Santarém	PA

Fonte: NETO; NOGUEIRA (2021). Elaboração: dos Autores.

Importante destacar que a BR-163 foi inaugurada com todo o seu trecho no Estado do Pará ainda não pavimentado, sendo concluída apenas de forma gradual, com finalização das obras em 2019, executadas pela construtora Agrienge e pelo Exército Brasileiro. Desde 2022, a rodovia passou a ser administrada pelo Consórcio Via Brasil BR-163, responsável pela exploração da infraestrutura viária por dez anos, prorrogáveis por mais dois. O consórcio é composto pelas empresas Conasa Infraestrutura S.A., Zeta Infraestrutura S.A., Construtora Rocha Cavalcante Ltda., Engenharia de Materiais Ltda. e M4 Investimentos e Participações Ltda. A concessão instituiu a cobrança de pedágio em três praças ao longo da rodovia, sendo uma localizada no município de Garantã do Norte-MT, na divisa com o Pará, e outra no município de Trairão-PA.

Por sua vez, a BR-230 apresenta, desde sua inauguração na década de 1970 até os dias atuais, trechos descontínuos de pavimentação no Estado do Pará, particularmente entre os municípios de Medicilândia, Uruará, Placas, Rurópolis e no segmento que se estende até Jacareacanga, próximo ao rio Madeira, o que evidencia tanto a histórica descontinuidade das políticas de infraestrutura quanto a permanência de um modelo de ocupação territorial marcado pela precariedade logística e pela vulnerabilidade socioambiental das populações locais.

No Pará, atualmente, encontram-se em execução alguns grandes projetos voltados à implantação ou duplicação de estradas e rodovias, entre os quais se destaca a denominada “Rodovia da Liberdade”. Trata-se de um empreendimento urbano que se inicia na Avenida Perimetral, na cidade de Belém-PA, atravessa áreas institucionais, como o campus da Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA), percorre trechos de áreas protegidas, como a Área de Proteção Ambiental (APA) da Região Metropolitana de Belém (RMB), margeia o território quilombola do Abacatal, no município de Ananindeua-PA, e estende-se até a PA-483 (Alça Viária), em Marituba-PA.

A obra totaliza aproximadamente 13,5 km de extensão em pista dupla, com seção transversal de 24,2 m, composta por duas faixas de rolamento e acostamento em cada sentido. O projeto, cujo custo estimado é de R\$ 400.000.000,00 (quatrocentos milhões de reais), conforme disposto na Lei Ordinária nº 9.150, de 18 de dezembro de 2020, possui financiamento do Banco

do Brasil, formalizado pelo Contrato de Abertura de Crédito nº 40/00023-0 (PORTAL DA TRANSPARÊNCIA DO ESTADO DO PARÁ, 2024). A dimensão financeira e territorial do empreendimento confirma a continuidade hegemônica da geopolítica dos Grandes Projetos no Pará, reforçando a lógica decisória centralizada e orientada por grandes intervenções infraestruturais que historicamente moldam a ocupação e a transformação do espaço amazônico.

Na realidade, a geopolítica dessas grandes obras apresenta articulações entre os agentes da produção do espaço, carregadas de intencionalidades, capazes de constituir discursos de aceitabilidade, extremamente, propagados por uma elite política que mantém relações clientelistas e de favorecimento com os agentes do capital, e que transmitem esses grandes projetos à sociedade a partir da ótica da mobilidade, fluidez, qualidade de vida e desenvolvimento.

Apresenta ainda a contrariedade imputada à política de desenvolvimento sustentável propagada pelo Estado, uma vez que paralelamente às ações desempenhadas na prevenção e combate às degradações ambientais e na criação de políticas de desenvolvimento sustentável e ambiental (Decreto nº 2.887, de 07 de fevereiro de 2023, Decreto nº 2.746, de 9 de novembro de 2022 e Lei Estadual nº 766, de 26 de dezembro de 2023) este mesmo Estado infraestrutura o território, independente de causar impactos severos à fauna, flora e recursos hídricos presentes na unidade de conservação, ou mesmo ao território e cultura de povos quilombolas, para beneficiar diretamente setores ligados à economia globalizada, como as grandes corporações bancárias, construtoras civis e o agronegócio (ACSELRAD, 2022).

Esse conjunto de elementos reforça a compreensão de que as rodovias, embora concebidas como vetores de integração e desenvolvimento, passam a configurar dinâmicas territoriais que acentuam vulnerabilidades sociais, intensificam impactos socioambientais e estimulam a emergência de conflitos característicos das regiões de fronteira amazônica.

3.4. Hidrelétricas na Amazônia: agentes, poder e controle das águas

De forma ampla, a geração de energia elétrica é compreendida como elemento indispensável para o funcionamento dos megaprojetos minero-metalúrgicos e constitui uma das “exigências” centrais do capital internacional para consolidar a ocupação e a exploração dos recursos naturais na Amazônia paraense (COSTA, 1991).

No contexto das políticas de integração e ocupação da Amazônia, especialmente a partir da década de 1970, coube ao Estado construir barragens em rios estratégicos para povos e comunidades tradicionais, com o propósito de assegurar energia às transnacionais instaladas no município de Barcarena, no Pará, ligadas ao setor mineralógico e ao beneficiamento do alumínio. Nesse contexto, destacam-se dois empreendimentos hidrelétricos de grande relevância para a conformação territorial e energética no Pará: a construção da Usina Hidrelétrica de Tucuruí (UHE Tucuruí), viabilizada pela barragem do rio Tocantins entre 1975 e 1984, e a implementação da Usina Hidrelétrica de Belo Monte (UHE Belo Monte), cuja barragem no rio Xingu foi iniciada em 2011.

No que concerne à Usina Hidrelétrica de Tucuruí, prevista como um dos principais empreendimentos do Programa Grande Carajás e formalmente instituída pelo Decreto-Lei nº 1.813, de 24 de novembro de 1980, suas 23 turbinas, acionadas por um volume aproximado de 14 milhões de litros de água por segundo, são capazes de gerar cerca de 8% de toda a energia elétrica produzida no Brasil. A obra, executada pelas Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. (ELETRONORTE), consumiu investimentos superiores a US\$ 10 bilhões, embora o governo federal reconheça oficialmente apenas US\$ 4,5 bilhões, já a Comissão Mundial de Barragens, em estudo específico sobre Tucuruí, estimou o custo total em aproximadamente US\$ 7,5 bilhões (PINTO, 2012).

Dos agentes envolvidos nesse grande projeto, para além do papel do Estado, cabe destacar a participação da Construtora Camargo Corrêa, vencedora do processo licitatório da obra, após apresentar o preço mínimo estabelecido pela concorrência de 1976 da Eletronorte, com um lance de Cr\$ 7,6 bilhões, na época, mas que ao longo do empreendimento teve um total de 29 aditivos autorizados, multiplicando em muito o custo da obra e, efetivamente, o valor repassado à empreiteira, que também ganhou vários incentivos durante a realização da obra, como a isenção total de pagamento do Imposto Sobre Serviço (ISS) no empreendimento, além de ganhar uma renúncia fiscal no Imposto de Renda (IR) para reverter o que seria arrecadado em iniciativas relacionadas ao projeto Grande Carajás (CAMPOS, 2019).

Ademais, a empresa estatal Centrais Elétricas Brasileiras S.A. (ELETROBRÁS), criada em 1962 para ser responsável pela política energética do país e as agências financiadoras (Tabela 3) também assumem o protagonismo, dentre os agentes sociais desse projeto. Grandes bancos e agências governamentais nacionais e internacionais ampliaram seus lucros concedendo empréstimos financeiros para a obra da hidrelétrica.

Tabela 3 – Empresa estatal e Agências financiadoras da hidrelétrica de Tucuruí

Custos Totais acrescidos de juros	Empresa Estatal/Agências financiadoras	Valores
4,5 bilhões.	Centrais Elétricas Brasileiras S.A. (Eletrobrás).	R\$ 2 bilhões
	Banco Nacional de Habitação e Caixa Econômica Federal.	R\$ 1,25 bilhões
	Financiamento de Máquinas e Equipamentos.	R\$ 205 milhões
	Bancos estrangeiros liderados pelo francês <i>L'Union Européenne</i> .	R\$ 560 milhões

Fonte: Campos (2019). Elaboração: dos Autores.

Dentre os principais danos e riscos associados à barragem do rio Tocantins, destacam-se o reassentamento compulsório de populações urbanas e rurais, que concentra grande parte do custo humano desse modelo de desenvolvimento, a perda, por parte dos moradores a jusante, de suas bases tradicionais de subsistência, especialmente aquelas vinculadas à pesca e à agricultura de várzea, bem como os impactos dos reservatórios sobre a saúde pública, expressos na proliferação de insetos vetores e na metilação do mercúrio, processo que converte esse metal em sua forma tóxica (FEARNSIDE, 2009; 2015).

Do ponto de vista climático, porém, a decomposição da vegetação inundada favorece a emissão de gases de efeito estufa (dióxido de carbono, óxido nitroso e, mais fortemente, metano), que são liberados tanto na lâmina d'água dos reservatórios quanto pelo fluxo que atravessa turbinas e vertedouros. Soma-se a isso a inundação parcial das terras indígenas Parakanã, Pucuruí e Montanha, além do fato de que a linha de transmissão da usina atravessa outras quatro áreas indígenas (Mãe Maria, Trocará, Krikati e Cana Brava), cujas populações sofrem com os efeitos da poluição da água e com a perda de recursos pesqueiros que afetam todo o trecho a jusante da barragem.

Nota-se que, mesmo com a existência de uma política ambiental mais estruturada no que se refere ao licenciamento de Grandes Projetos, a construção da UHE Belo Monte (2010–2016), na região do Xingu, cuja área inundada de 478 km² abrange partes dos territórios de Altamira, Brasil Novo, Anapu, Vitória do Xingu e Senador José Porfírio, concebida originalmente como um projeto político de ampliação da matriz energética na década de 1970, formalizada pelo Decreto nº 96.652, de 6 de setembro de 1988, prevista no Plano Nacional de Energia Elétrica (1987–2010) e posteriormente executada no âmbito do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), demonstrou que, mesmo diante das manifestações de ambientalistas, pesquisadores, entidades de direitos humanos e atores sociais diretamente impactados pelos danos e riscos associados à barragem do rio Xingu, os processos decisórios não asseguraram maior transparência quanto aos objetivos do empreendimento, tampouco garantiram a participação

efetiva das populações locais, notadamente aquelas afetadas de forma direta e indireta, ou compensações proporcionais aos danos socioambientais e à magnitude dos benefícios destinados aos agentes econômicos envolvidos (FEARNSIDE, 2018).

Dessa maneira, o Consórcio Norte Energia S.A. composto por oito empresas (Tabela 4) foi responsável pela construção e administração da UHE de Belo Monte, alterando por vezes o valor total do empreendimento, estimado inicialmente em 2010 no valor de R\$ 19,6 bilhões de reais e em 2012 fechado na casa dos 37,9 bilhões de reais, valores repassados pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Caixa Econômica Federal e BTG Pactual S.A. (BNDES, 2012).

Tabela 4 – Agências financiadoras da Hidrelétrica de Belo Monte

Custo Total	Agências financiadoras	Valores	Responsável pela construção e administração
37,9 bilhões de reais	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social.	R\$ 28,9 bilhões	Consórcio Norte Energia S/A (Chesf-Eletronbras; Gaia Energia; J Malucelli; Galvão Engenharia; Mendes Junior; Serveng-Civilsan; Contern, e Cetenco)
	Caixa Econômica Federal.	R\$ 7 bilhões	
	BTG Pactual S.A.	R\$ 2 bilhões	

Fonte: BNDES (2012). Elaboração: dos Autores.

Como parte integrante do projeto hidrelétrico de Belo Monte, mas, que caminhou paralelamente, tem-se a linha de transmissão de energia, que atravessa 79 municípios nos Estados do Pará, Tocantins, Goiás, Minas Gerais e Rio de Janeiro, executada pela transnacional Xingu Rio Transmissora de Energia S.A., empresa pertencente ao grupo chinês State Grid, orçada em R\$ 8,5 bilhões de reais, com 61% financiado pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES, 2018).

Na ocasião, o BNDES cobrou do Consórcio Belo Monte apenas 4% de juros anuais em um empréstimo com prazo de 30 anos, enquanto o governo brasileiro, simultaneamente, se financiava por meio da emissão de títulos com vencimento em 5 anos e taxa anual de 10% (LEITÃO, 2010). Além disso, o consórcio responsável pela barragem recebeu uma série atípica de extensões de crédito e alterações contratuais após a concessão do primeiro *Development Policy Loan* (MILLIKAN; GARZÓN, 2015).

O exame dos danos e riscos socioambientais associados a esse grande projeto revela, para além das emissões de gases de efeito estufa, da perda de biodiversidade e das implicações sobre terras indígenas já mencionadas no caso de Tucuruí, um expressivo crescimento populacional nos municípios de Altamira, Vitória do Xingu e Brasil Novo, o que desencadeou um acelerado processo de construção de edificações, pavimentação de vias e expansão desordenada do uso e ocupação do solo. No âmbito ambiental, por seu turno, essa dinâmica resultou na supressão da cobertura vegetal, na impermeabilização do solo e na instalação de fossas sépticas sem o devido rigor técnico, ocasionando a contaminação do lençol freático (FEARNSIDE, 2009; 2018).

Em síntese, as estratégias políticas de Estado, materializadas por meio desses empreendimentos de geração de energia elétrica, projetaram discursivamente a ideia de desenvolvimento e geração de emprego, mas acabaram por obscurecer seus reais propósitos de beneficiar o grande capital privado. À luz disso, dos cerca de 11.000 Mw de energia produzidos por Belo Monte, apenas uma pequena parcela é destinada ao consumo doméstico das regiões Norte, Centro-Oeste e parte do Sudeste, enquanto a maior fração é direcionada ao fortalecimento e à expansão da produção dos grandes projetos mineralógicos instalados no Estado do Pará.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A aproximação teórica da abordagem ecologia política, com ênfase a distribuição desigual de danos e riscos socioambientais e a discussão sobre fronteiras em multiescalas e dimensões ajudaram a compreender a geografia e a política dos Grandes Projetos na Amazônia. É possível então compreender as cavas e plantas industriais da mineração, as rodovias que continuam a rasgar a floresta e violentar os povos e as hidrelétricas que cercam os rios não como grandes obras estanques, ou enclaves, como foram chamadas. Apesar disso, elementos de uma rede complexa do capital, mediada pela política que desorganiza o território.

Ganha sentido, nesse contexto, compreender a relação entre geopolítica e análise socioambiental para identificar como diferentes agentes atuam no território. No setor mineral, os agentes da mineração operam localmente como “toupeiras” ou “tatus de ferro”, revolvendo solo e subsolo, embora atuem, em grande medida, como executores de decisões tomadas por centros externos de comando.

No campo das infraestruturas de transporte, os agentes das rodovias se materializam ora em consórcios de grandes empresas construtoras, ora em instituições públicas. Todos, sem exceção, recebem autorização estatal para intervir no território, suprimir vegetação, pressionar áreas protegidas, viabilizar o fluxo de mercadorias e consolidar circuitos de mercado.

No domínio hídrico, os agentes responsáveis pelas hidrelétricas erguem grandes barragens e passam a determinar, de forma concentrada e frequentemente autoritária, o uso dos rios para fins de geração de energia. Em contraposição a essas forças hegemônicas, encontram-se os sujeitos sociais (comunidades quilombolas, povos indígenas, pescadores, extrativistas e agricultores) que vivenciam os efeitos desproporcionais da poluição, da contaminação, da perda de territórios e dos múltiplos conflitos socioambientais decorrentes da implantação desses empreendimentos.

Assim, evidencia-se uma articulação estrutural entre Estado e capital nos casos supracitados, na qual o aparato jurídico-administrativo governamental viabiliza a implantação e a operação dos Grandes Projetos nas fronteiras do Pará. Nesse aspecto, a fronteira é importante para compreensão desse contexto, justamente porque ela deve ser entendida sob a ótica do capital, isto é, como uma “relação social de produção capitalista” (GRAZIANO SILVA, 1981).

Enquanto o Estado converte essas iniciativas em ganhos políticos e em capacidade de pactuar a geopolítica territorial, os dividendos financeiros são apropriados por construtoras, instituições financeiras e acionistas. A convergência entre geografia, política e economia não configura uma duplicidade de esferas, mas uma relação consentida, institucionalizada e funcional à lógica de produção e reprodução do capital. Isso é assim porque a estrutura da sociedade em construção no território da fronteira é “dominada” e “influenciada” dentro dos termos que a lógica do capital impõe (CUTRIM CARVALHO, 2021).

Contudo, persiste a necessidade de elucidar com maior precisão os mecanismos que estruturam essa articulação entre Estado e capital, o que exige o aprofundamento da análise em sua dimensão internacional, de modo a identificar os fluxos, redes e instrumentos que conectam empresas, bancos e o sistema financeiro nacional e transnacional. Do mesmo modo, permanece pouco explorado o processo pelo qual as oligarquias locais e regionais se reconfiguraram e se integraram à modernização conservadora da sociedade capitalista, ajustando-se às novas racionalidades econômicas sem perder seu papel estratégico na estrutura de poder territorial.

Essas lacunas analíticas apontam para a necessidade de agendas de pesquisa capazes de identificar e caracterizar outros agentes e circuitos decisórios ainda pouco visíveis, mas fundamentais para compreender a totalidade das dinâmicas socioeconômicas e geopolíticas que moldam a(s) fronteira(s) amazônica(s).

Portanto, a análise realizada permite compreender que os Grandes Projetos continuam a operar como dispositivos estruturantes da territorialidade na Amazônia, principalmente no

Estado do Pará, (re)produzindo formas persistentes de desigualdade ambiental que se manifestam tanto na distribuição dos riscos e danos quanto na limitação das capacidades de resposta das populações afetadas. A articulação entre Estado e capital, longe de ser circunstancial, conforma um arranjo histórico que orienta a ocupação da fronteira segundo interesses econômicos hegemônicos, resultando em processos de territorialização que priorizam a acumulação e marginalizam modos de vida tradicionais.

Nesse cenário, a fronteira deixa de ser apenas um limite geográfico e se converte em um espaço político de disputa, no qual se confrontam projetos inconciliáveis de desenvolvimento, revelando que a superação das assimetrias socioambientais exige não apenas novas institucionalidades, mas também outras racionalidades que reconheçam a diversidade social, ecológica e cultural das múltiplas Amazônia, aqui tratadas no plural, que compõem o Brasil.

REFERÊNCIAS

ACSELRAD, H. Desigualdade ambiental, economia e política. **Astrolábio**, n. 11, 2013.

ACSELRAD, H. Neoeextrativismo e autoritarismo: afinidades e convergências. Rio de Janeiro: Garamond, 2022. Disponível em: <https://ippur.com.br/wp-content/uploads/2022/07/Neoeextrativismo-e-Autoritarismo.pdf>. Acesso em: 24 nov. 2025.

ALIER, J. M. **O Ecologismo dos Pobres**: o Estado e outros atores. São Paulo: contexto, 2007.

BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL – BNDES. **BNDES aprova financiamento de R\$ 22,5 bilhões para Belo Monte**. Disponível em: https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/imprensa/noticias/conteudo/20121126_belomonte. Acesso em: 24 nov. 2025.

BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL – BNDES. **BNDES aprova R\$ 5,2 bilhões para linha de transmissão de UHE Belo Monte (PA) ao RJ**. Disponível em: <https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/imprensa/noticias/conteudo/bndes-aprova-r-5-2-bilhoes-para-linha-de-transmissao-de-uhe-belo-monte-pa-ao-rj>. Acesso em: 24 nov. 2025.

BECKER, B. K. Revisão das políticas de ocupação da Amazônia: é possível identificar modelos para projetar cenários. **Parcerias estratégicas**, v. 12, n. 1, p. 135-59, 2001. Disponível em: https://docs.ufpr.br/~adilar/GEOPOL%C3%8DTICA2019/Geopolitica%20da%20Amazonia/Amaz%C3%B4nia_Po%C3%ADtica%20de%20ocupa%C3%A7%C3%A3o.pdf. Acesso em: 24 nov. 2025.

BECKER, B. K. Geopolítica da Amazônia. **Estudos avançados**, v. 19, p. 71-86, 2005. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ea/a/54s4tSXRLqzF3KgB7qRTWdg>. Acesso em: 24 nov. 2025.

CAMPOS, P. H. P. DITADURA, INTERESSES EMPRESARIAIS, FUNDO PÚBLICO E “CORRUPÇÃO”: O CASO DA ATUAÇÃO DAS EMPREITEIRAS NA OBRA DA HIDRELÉTRICA DE TUCURUÍ. **Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História**, [S. l.], v. 66, 2019. DOI: 10.23925/2176-2767.2019v66p81-114. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/44394>. Acesso em: 9 dez. 2025.

CORRÊA, R. L. Sobre agentes sociais, escala e produção do espaço. In CARLOS, Ana Fani Alessandri; SOUZA, Marcelo Lopes de; SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão (orgs.). **A produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios**. São Paulo: Contexto, 2011.

COSTA, F. de A. **Ecologismo e Questão Agrária na Amazônia**. Belém: NAEA/UFPA, 1991.

CUTRIM CARVALHO, A. **Expansão da Fronteira Agropecuária e a Dinâmica do Desmatamento Florestal na Amazônia Paraense**. Campinas, SP. Tese de Doutorado – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Economia, 2012. Disponível em: <https://repositorio.unicamp.br/acervo/detalhe/862229>. Acesso em: 30 nov. 2025.

CUTRIM CARVALHO, A. EXPANSION STRATEGIES AND CAPITALIST DEVELOPMENT ON THE

FRONTIER OF PARÁ: an analysis of the 1966 “Operation Amazon”. **InterEspaço: Revista de Geografia e Interdisciplinaridade**, v. 6, n. 19, p. e2020000, 2 ene. 2020 Disponível em: <https://periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/interespaço/article/view/16136> . Acesso em: 8 dez. 2025.

CUTRIM CARVALHO, A. **A dinâmica do capital e o avanço da fronteira no Pará**: uma perspectiva de compreensão histórica a partir da “Operação Amazônia” em 1966-1979. Belém, PA. Dissertação de Mestrado – Universidade Federal do Pará, Programa de Pós-Graduação em História, 2021. Disponível em: https://pphist.propesp.ufpa.br/ARQUIVOS/dissertacoes/2021/2021_CARVALHO_ANDRE DISSERTACAO.pdf . Acesso em: 30 nov. 2025.

FARIAS, A. L. A. de. **Grandes projetos na Amazônia**: a ecologia política dos impactos e conflitos socioambientais. 1. ed. Guarujá-SP: Científica Digital. 2023. Disponível em: <https://downloads.editoracientifica.com.br/books/978-65-5360-260-1.pdf> . Acesso em: 30 nov. 2025.

FARIAS, A. L. A. de; MONTE, M. C. V do. **Faces dos Grandes Projetos na Amazônia**: a Ecologia Política desvela o véu da dominação. 2023. Disponível em: <https://downloads.editoracientifica.com.br/articles/221111100.pdf> . Acesso em: 30 nov. 2025.

FUNDAÇÃO AMAZÔNIA DE AMPARO A ESTUDOS E PESQUISAS – FAPESPA. **Boletim da Mineração 2024**. Disponível em: <https://www.fapespa.pa.gov.br/wp-content/uploads/2024/08/Boletim-da-Mineracao-Paraense.2024.Publicacao.pdf> Acesso em: 31 ago. 2025.

FUNDAÇÃO AMAZÔNIA DE AMPARO A ESTUDOS E PESQUISAS – FAPESPA. **Boletim Agropecuário Pará 2024**. Disponível em: <https://www.fapespa.pa.gov.br/wp-content/uploads/2025/01/Boletim-Agropecuario-2024-VERSAO-PUBLICACAO.pdf> . Acesso em: 31 ago. 2025.

FEARNSIDE, P. M. As hidrelétricas de Belo Monte e Altamira (Babaquara) como fontes de gases de efeito estufa. **Novos Cadernos NAEA**, v. 12, n. 2, 2009. Disponível em: <http://novoperiodicos.ufpa.br/periodicos/index.php/ncn/article/view/315> . Acesso em: 31 ago. 2025.

FEARNSIDE, P. M. Impactos sociais da hidrelétrica de Tucuruí. **Hidrelétricas na Amazônia: impactos e sociais na tomada de decisões sobre grandes obras**. Manaus: Editora do INPA, V. 2, 2015. Disponível em: <https://fmclimaticas.org.br/wp-content/uploads/2015/07/Hidre%C3%A9tricas-na-Amaz%C3%B4nia-Impactos-ambientais-Sociais.-V.1.pdf#page=37> . Acesso em: 07 dez. 2025.

FEARNSIDE, P. M. BELO MONTE: ATORES E ARGUMENTOS NA LUTA SOBRE A BARRAGEM AMAZÔNICA MAIS CONTROVERSA DO BRASIL/Belo Monte: actors and arguments in the struggle over Brazil's most controversial Amazonian dam. **REVISTA NERA**, [S. l.], n. 42, p. 162–185, 2018. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/view/5691> . Acesso em: 2 dez. 2025.

GIL, A. C. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 4ª ed. São Paulo: Atlas, 2002. Disponível em: https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/150/o/Anexo_C1_como_elaborar_projeto_de_pesquisa_-_antonio_carlos_gil.pdf . Acesso em: 2 dez. 2025.

GOTTMAN, J. **The significance of territory**. Charlottesville: University Press of Virginia, 169 pp., 1973.

GRAZIANO SILVA, J. F. A porteira já está fechando? In: **A modernização dolorosa: estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil**. Ed. Zahar, Rio de Janeiro, p. 115-125, 1981.

HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

HAESBAERT, R. **Território e multiterritorialidade: um debate**. RJ: Universidade Federal Fluminense, 2010.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Censo Demográfico 2022**. Rio de Janeiro: IBGE, 2022. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/22827-censo-demografico-2022.html> . Acesso em: 2 dez. 2025.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Cidades e Estados: Pará**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/pa/>. Acesso em: 2 dez. 2025.

LIPIETZ, A. Cercando os bens comuns globais: negociações sobre o meio ambiente global em uma abordagem do conflito norte/sul. In: CASTRO, Edna; PINTON, Florence. **Faces do trópico úmido: conceitos e novas questões sobre desenvolvimento e meio ambiente**. Belém: CEJUP; UFPA; NAEA, 1997.

LITTLE, P. E. **MEGAPROYECTOS EN LA AMAZONÍA: Un análisis geopolítico y socioambiental con propuestas de mejor gobierno para la Amazonía**. Derecho, Ambiente y Recursos Naturales (DAR), 2013.

MARX, K. **O Capital: Crítica da economia política**. Livro I: O processo de produção do capital. Trad. Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013.

MARTINEZ, A. J. **O ecologismo dos pobres: conflitos ambientais e linguagens de valoração**. São Paulo: Contexto, 2007.

Millikan, B.; Garzón, B.R. 2015. Belo Monte desafia os limites da responsabilidade socioambiental e da transparência do BNDES. pp. 165-169. In: Vozes do Xingu: Coletânea de artigos para o Dossiê Belo Monte: Vozes do Xingu. Annex to: Villas-Bôas, A., Garzón, B.R., Reis, C., Amorim, L. & Leite, L. (Eds.). **Dossiê Belo Monte: Não Há Condições para a Licença de Operação**. Instituto Socioambiental (ISA), Brasília, DF. 205 pp. <http://www.socioambiental.org/sites/blog.socioambiental.org/files/dossie-belo-monte-site.pdf>. Acesso em: 2 dez. 2025.

NETO, T. O; NOGUEIRA, R. J. B. 50 anos das rodovias Transamazônica e Santarém-Cuiabá: consolidação, fluxos e malha municipal. **Boletim Paulista de Geografia**, v. 1, n. 105, p. 147-171, 2021. Disponível em: <https://publicacoes.agb.org.br/boletim-paulista/article/view/1997>. Acesso em: 2 dez. 2025.

PASSOS, D. S. **Incentivos fiscais e política de ocupação econômica da Amazônia: as diversas faces do subdesenvolvimento (1966-1985)**. 2021. Tese de Doutorado. [sn]. Disponível em: <https://www.repositorio.unicamp.br/acervo/detalhe/1386564>. Acesso em: 2 dez. 2025.

PORTAL DA TRANSPARÊNCIA DO ESTADO DO PARÁ. **Contratos e aditivos: Banco do Brasil – Contrato n. 40/00023-0**, 2024. Disponível em: <http://antigo.sefa.pa.gov.br/arquivos/tesouro/divida/contratos/Asfalto-portodo-Par-40-00023-0-BB.pdf>. Acesso em: 2 dez. 2025.

PANDOLFO, C. M. **Amazônia brasileira: ocupação, desenvolvimento e perspectivas atuais e futuras**. Editora Cejup, p. 47-48, 1994.

PINTO, L. F. De Tucuruí a Belo Monte: a história avança mesmo? **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas**, v. 7, p. 777-782, 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/bgoeldi/a/SfFgPd9bj7g33VTskL9kVmQ/?format=html&lang=pt>. Acesso em: 2 dez. 2025.

POLANYI, K. **A Grande Transformação: as origens de nossa época**. Tradução: Fanny Wrabel. 2ª ed. Rio de Janeiro: Campus, 2000. Disponível em: https://lburlamaqui.com.br/wp-content/uploads/2023/08/08_Polanyi-K-1944-A_grande_transformacao.pdf. Acesso em: 2 dez. 2025.

RATZEL, F. O SOLO, A SOCIEDADE E O ESTADO. **Revista do Departamento de Geografia**, São Paulo, Brasil, v. 2, p. 93–101, 2011. Disponível em: <https://revistas.usp.br/rdg/article/view/47081>. Acesso em: 8 dez. 2025.

RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder**. São Paulo, SP: Ática, 269p. (Temas, Geografia e política 29), 1993.

SANTOS, M. **Espaço e sociedade: ensaios**. Petrópolis: Vozes, 156 p., 1979.

SANTOS, M. **METAMORFOSES DO ESPAÇO HABITADO, fundamentos Teórico e metodológico da geografia**. Hucitec. São Paulo 1988. Disponível em: https://geografiamb2.wordpress.com/wp-content/uploads/2009/03/metamorfose_do_espaco_habitado_-_milton_santos.pdf. Acesso em: 5 dez. 2025.

SANTOS, M. **Técnica Espaço Tempo. Globalização e meio técnico-científico informacional**. São Paulo: Hucitec, 1996.

SANTOS, M. A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção. 2. reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, v. 1, 2006.



SANTOS, R C; SOUZA RIBEIRO, O. A Amazônia entre os anos 1964 a 1970: apontamentos sobre as primeiras intervenções do autoritarismo. **Somanlu: Revista de Estudos Amazônicos**, v. 22, n. 1, p. 03-22, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufam.edu.br/index.php/somanlu/article/view/10766> . Acesso em: 5 dez. 2025.